



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

PARECER JURÍDICO N.º 90/2024

PROJETO DE LEI N.º 74/2024 – ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI N.º 4.912, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020 QUE “AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA E A COMPENSAR TRIBUTOS COMO INDENIZAÇÃO NA DESAPROPRIAÇÃO DA ÁREA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

I - RELATÓRIO

De autoria do Poder Executivo, em análise por essa Procuradoria Geral, pretende alterar o artigo 1º da lei n.º 4.912/2020 que autorizou o Poder Executivo a desapropriar e fazer compensação tributária para pagamento e quitação de débitos tributários e fiscais, até o valor de R\$ 321.000,00 (trezentos e vinte e um mil reais), corrigindo erro material da medida total da área desapropriada.

Verifico que é de competência de iniciativa exclusiva do Prefeito propor projeto desta natureza, nos termos do art. 50, inciso V, e 69, inciso V, ambos da Lei Orgânica Municipal, transcrevo:

Art. 50. São de iniciativa exclusiva do Prefeito, as leis que disponham sobre:

(...)

V – matéria Tributária.

Art. 69. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

...

V – decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

Ainda, como não constante do rol do Art. 49 da Lei Orgânica Municipal, verifico que a matéria pode ser tratada através de Lei Ordinária, vejamos:

Art. 49. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

§ Único. Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

I – Código Tributário do Município;

II – Código de obras;

III – Código de Posturas;

IV – Plano Diretor;

V – lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;

VI – lei instituidora da Guarda Municipal;

VII – lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;

VIII – Estatutos dos Servidores Municipais;

IX – normas Urbanísticas de Uso e Ocupação do Solo;

X – todas as Codificações.

O Código Tributário Nacional elenca a dação em pagamento como forma de extinção do Crédito Tributário, transcrevo:

Art. 156. Extinguem o crédito tributário:

(...)

II - a compensação;

Não vejo irregularidades no projeto em análise.

O projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação, reproduzo:

Regimento Interno

Art. 68. Compete à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições submetidas à deliberação da Câmara, bem como elaborar a redação final das proposições aprovadas.

Por entender que a dação em pagamento em bens imóveis se configura como um tipo de permuta, o quórum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento, é de **MAIORIA ABSOLUTA**, conforme preleciona o art. 261, do Regimento Interno da Câmara Municipal, caso aprovado na Comissão Permanente, reproduzo:

Regimento Interno



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

Art. 261. As deliberações da Câmara são tomadas por maioria de votos, presentes mais da metade de seus membros, salvo disposições em contrário.

O parecer não vincula as comissões permanentes nem reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 30 de outubro de 2024.

David Tribioli Corrêa
Advogado
(assinado eletronicamente)